

## A comunicação e a cultura atravessadas pela economia política

Dirigindo atualmente o Center for Latin American And Caribbean Studies, na prestigiada New York University, George Yúdice é um dos intelectuais norte-americanos mais respeitados dentro do cenário intelectual brasileiro e latino-americano. Tratando de uma vasta gama de objetos, Yúdice centrou seu foco de análise nos processos internos e transnacionais que envolvem a política cultural na América Latina. Com isto, como percebido nesta entrevista, trabalhou direta ou indiretamente com autores implicados nas discussões a respeito dos tópicos e impasses do continente, sempre aqui retornando, fundamentalmente em seminários, congressos e pesquisas, para novas iniciativas com centros de pesquisas ou ainda em diálogo com organizações não-governamentais ligadas à área cultural.

Esta entrevista realizada com Yúdice tenta conduzir o público brasileiro a uma parte desta trajetória. Graças à generosidade do entrevistado, teremos aqui um pouco do que está contido em uma produção intelectual extremamente diversificada. Mais do que isto, uma produção que exige que discernimento intelectual e comprometimento político tornem-se não campos autônomos, onde o intelectual e o poder sejam protegidos por suas respectivas mônadas solipsistas, como também não configura que os dois espaços se confundam panfletariamente. Ao contrário, o que aguarda o/a leitor/a é um espaço de disputas ainda em aberto, onde argúcia intelectual e implicações no político fiquem em uma situação crítica de constante retesamento.

P – Sua produção acadêmica em grande medida está focada na discussão da política cultural desenvolvida na América Latina, na qual avalia, entre outras coisas, os desafios decorrentes do intercâmbio dos modelos teóricos e de análise norte-americanos e latino-americanos, tendo como interlocutores intelectuais como Sarlo, Flores e Canclini. Você poderia nos informar como estas questões começaram a ser encaradas como importantes problemáticas na sua trajetória profissional?

GY: Eu me formei em literatura latino-americana, mas logo ao terminar minha tese de doutorado, em 1977, comecei a trabalhar nos Estados Unidos com um grupo de intelectuais acadêmicos de esquerda liderados por Fredric Jameson e Stanley Aronowitz. Esse grupo abriu a possibilidade de conhecer intelectuais de varias áreas culturais: pessoas como Stuart Hall, Perry Anderson, Edward Said, Gayatri Spivak, Ernesto Laclau, Chantal Mouffe e muitos outros. Eu me dei conta que, com pouquíssimas exceções, nenhum deles (com exceção de Laclau) conhecia os

intelectuais latino-americanos. Eu já conhecia a obra de intelectuais como Beatriz Sarlo, Néstor García Canclini, Angel Rama, Roberto Schwarz, Antonio Candido e tentei relacioná-los com meu grupo. O primeiro congresso onde consegui estabelecer algumas pontes foi “Marxism and the Interpretation of Culture”, em 1983. Organizei uma mesa com Jean Franco e Hugo Achugar. Foi nessa época que conheci Juan Flores, no contexto nova-iorquino de latinos e porto-riquenhos. Com ele e com Jean Franco começamos a nos reunir para falar em crítica cultural, e ainda nas ligações que poderíamos estabelecer entre norte e sul.

O primeiro fruto significativo dessa colaboração foi o livro *On Edge: The Crisis of Contemporary Latin American Culture* (University of Minnesota Press, 1992). A minha contribuição a esse livro – “Postmodernity and Transnational Capitalism in Latin America” – colocou o debate entre teóricos americanos e latino-americanos. Logo esse livro se transformou numa política editorial de difusão de intelectuais latino-americanos nos Estados Unidos. Entre os mais conhecidos, publicamos Beatriz Sarlo, García Canclini e Nelly Richard. Também publicamos intelectuais mais novos, como Pablo Vila, Gustavo Remedi, Román de la Campa, Ileana Rodríguez, Juan Poblete e outros. Minhas intervenções para colocar em diálogos intelectuais do norte e do sul se materializaram em “O primeiro encontro da rede interamericana de estudos culturais”, co-organizada, em 1993, com García Canclini no México; e em “Sinais de Turbulência”, co-organizada, em 1994, com Heloísa Buarque de Hollanda, no Rio de Janeiro. Esses encontros ampliaram a rede para incluírem intelectuais como Beatriz Sarlo, José Joaquín Brunner, Daniel Mato, María Rosa Alfaro, Mari Carmen Ramírez e outros.

Mas nesses mesmos anos os tratados de livre comércio (TLC) eram um fenômeno a considerar a partir da análise da cultura e da economia. García Canclini e outros publicaram um livro importante sobre o impacto do TLC com os EEUU e o Canadá, focado nas indústrias culturais e na educação. Ele me convidou a fazer análises destes fenômenos em certas indústrias culturais, sobretudo na indústria da música. E esses trabalhos me levaram a intervir cada vez mais nos sistemas de política cultural em vários países latino-americanos em matéria de reconceitualização da cultura para o melhor gerenciamento e apoio as artes e outras atividades culturais, como também nas áreas de incentivos fiscais para cultura, estudos de impacto econômico das indústrias culturais, do comércio cultural etc. Isso não quer dizer que houve um esquecimento do impacto social da cultura; ao contrário, a reflexão mais integral sobre o campo da cultura levou a considerar que criar melhores sistemas de acesso e participação cultural implica também em criar melhores condições para se obter ingressos econômicos a partir das artes, da música, do audiovisual, dos festivais, das feiras etc. Hoje em dia, intelectuais reconhecidos no passado por seus estudos culturais e de comunicação –

como García Canclini, Jesús Martín Barbero, Martín Hopenhayn, Renato Ortiz, Teixeira Coelho, Octavio Getino e Miguel Huezo Mixco – também intervêm nas políticas culturais e na reflexão sobre elas.

P – Evidentemente, não é possível falar em uma única matriz dos Estudos Culturais, devido às disputas entre tradições e trajetórias de atores sociais importantes (“pais ou fundadores”) que são singulares a este empreendimento crítico. Porém, pergunto-lhe, em primeiro lugar, se seria concebível pensar em perspectivas e desafios que se configurem de forma minimamente consensual a este campo acadêmico? E, em segundo, em que medida a condição central do campo da comunicação (o fato de vivermos em sociedades em rede, midiáticas, espetacularizadas etc.) vem sendo devidamente analisada nas pesquisas atuais de Estudos Culturais, isto é, em que medida o conjunto de desafios colocados pelo campo da comunicação foi incorporado às agendas dos Estudos Culturais de diferentes países?

GY: Poder-se-ia dizer que os Estudos Culturais, tanto nos Estados Unidos e na Europa quanto na América Latina, analisam e criticam os processos de legitimação de certas posições de classe, raça, gênero, região, perspectiva ideológica etc. Além disso, acho que diversas tradições enfatizam múltiplos aspectos. Por exemplo, nos Estados Unidos a identidade cultural definida em termos etno-raciais é a mais importante na determinação de marginalização e necessidade de afirmação. Em outras tradições o aspecto regional ou de classe pode ser ainda mais importante. O marco institucional dos direitos culturais, hoje em dia (por exemplo, a UNESCO), proclama que toda identidade cultural (seja definida como for) merece respeito. Essa posição entra em conflito com a de Beatriz Sarlo, que anuncia que uma sociedade precisa estabelecer um horizonte de valores para orientar a todos os cidadãos para a melhor condução política. Mas acontece que esses valores costumam estar baseados em certas tradições culturais. Ela desta forma desqualifica os jovens cuja vida cultural se define pelo consumo da mídia e das indústrias culturais. Como vemos, essa crítica não respeita a formação cultural desses jovens. Em lugar de afirmar uma posição ou outra, eu acho que é melhor manter um debate público sobre os valores e como esses se relacionam com identidades culturais, posições de classe, região etc.

Quanto às comunicações, é – na minha opinião – um avanço não se limitar à política das representações, como predomina no contexto estadunidense (quantos chineses, afro-americanos, latinos etc. aparecem na mídia), mas relacionar essa perspectiva à economia política da mídia e da comunicação. É evidente que uma televisão que adota o multiculturalismo midiático (mais ou menos Benettoniano) pode projetar os valores mais conservadores e reacionários. Toda rede televisiva – por

exemplo, a Fox – nos Estados Unidos tem noticiários com um equilíbrio etno-racial: um branco, uma chinesa, um latino, um afro-americano etc. A economia política da televisão precisa ter em conta os vínculos entre os investimentos e os valores políticos da sua programação. Por exemplo, em relação não só aos partidos políticos, mas também a questões importantes como políticas de gênero, sexualidade, religião, imigração etc. Quer dizer, esses meios de comunicação, que têm licenciamento outorgado pelo governo, deveriam ter responsabilidade pela *res publica*. Portanto, os Estudos Culturais também deveriam se preocupar com temas como cidadania, sociedade civil, participação política etc. Acho que esse é o caso de muitos estudiosos culturais na ou da América Latina: García Canclini, Arturo Escobar, Hopenhayn, Martín Barbero, Mato, Dagnino, Virginia Vargas, e outros que não são conhecidos por serem estudiosos culturais: por exemplo, Elizabeth Jelin ou Rubem César Fernandes. Também é importante mencionar os esforços em economia política da comunicação do grupo que publica o *site* da internet EPTIC, entre eles César Bolaño e Alain Herscovici, ambos localizados no Brasil, que fazem uma crítica das políticas capitalistas, inclusive as da chamada “nova economia” baseada na informação e no conhecimento.

P – Os Estudos Culturais possuem laços estreitos com uma parcela da esquerda acadêmica americana, preocupada com temas como multiculturalismo e identidade. Em que medida é possível pensar estas questões no contexto latino-americano, no Brasil em particular, onde estes temas se revestem de cores e disputas políticas bem particulares?

GY: O estudo da cultura, sobretudo a partir do questionamento dos critérios e mecanismos de legitimidade social, precisa ter em consideração a maneira em que esses critérios e mecanismos criam impacto nos diversos grupos sociais. Nos Estados Unidos, os estudos culturais colocam ênfase nos aspectos etno-raciais. A questão de classe social é menos importante e quase ausente. Isso se deve ao fato de que o alvo dos Estudos Culturais é a legitimação de conhecimentos e tradições, que se associam com o pertencimento a um grupo cultural, definido geralmente em termos etno-raciais. Na América Latina é importante o fator classe social, mas não só. Os eventos políticos recentes na Bolívia e Equador mostram que a identidade indígena, sobretudo associada às classes pobres, é um fator potente na redefinição cultural do País, a partir do qual se espera uma mudança na distribuição da riqueza nacional.

No Brasil existe uma situação semelhante, fundamentalmente em relação às populações afro-descendentes. Mas não é possível limitar a análise social e cultural à legitimação das tradições culturais, posto que é evidente que houve historicamente o

reconhecimento de certas tradições culturais de gêneros associados com os afro-descendentes, como, por exemplo, no samba. Ou mais recentemente, com o *funk*, no Rio. O caso brasileiro mostra que é preciso ir além de um reconhecimento puramente cultural, e é necessário estabelecer estratégias políticas e econômicas para combater o preconceito racial e de classe. Nesse rumo, acho importante o papel das políticas de cotas em programas de discriminação positiva (ou de ação afirmativa) e de reparações, principalmente para aqueles que sofrem os efeitos da marginalização: os afro-descendentes pobres. Portanto, acho importante que haja um questionamento dos paradigmas dos Estudos Culturais que se limitem à “cultura”.

P – Em sua reflexão sobre o papel de algumas expressões culturais no Rio de Janeiro como, por exemplo, o *funk*, há uma preocupação em enfatizar a temática dos “espaços públicos conflitantes” que coexistem nas grandes cidades. Tomando como referência aquele debate e o contexto atual, seria possível perceber alguma alteração quanto ao lugar que a população negra, pobre e consumidora de variados produtos culturais (“não autênticos à cultura brasileira” sic), no que tange à sua representação veiculada especialmente via mídia?

GY: Acrescento ao que escrevi naquele momento que a representação de um grupo marginalizado é sempre perigosa, sobretudo quando do valor positivo conferido aos estereótipos desse grupo. Por exemplo, os grupos negros sempre foram considerados bons em termos de música e dança, mas não em termos de ciência, arquitetura, engenharia, direito etc. Não é perigoso então só enfatizar aqueles atributos em grupos bem-sucedidos como o Afro Reggae? Não deveria existir uma complementação entre essas artes produzidas pelos grupos afro-descendentes com outros tipos de práticas?

P – Seu livro *The Expediency of Culture: Uses of Culture in the Global Era*, traz uma tese incômoda para parte da esquerda brasileira: de que é preciso analisar as articulações entre a cultura e o mercado, sem preconceitos, avaliando o potencial estratégico desta articulação. Você poderia adiantar qual é o argumento central do livro?

GY: O argumento é simples: não é possível evitar o aspecto econômico e de mercado de quase toda a produção e distribuição da cultura. E não só da cultura, como também de todas aquelas bens e serviços associados à cultura: a roupa, fantasias, comidas, transportes, hotelaria etc.; os estudos de gravação e o pessoal que fornece a iluminação e outros serviços para a produção de músicas, sejam em CDs ou em concertos; o cultivo de madeira, as máscaras e outros objetos produzidos para festas indígenas e religiosas. E assim por diante.

A esquerda tem de se conscientizar sobre esses aspectos econômicos da vida, e não só da vida cultural. Tem de fazer aportes para a estruturação mais equitativa dessa economia e não ficar limitada a berrar. Tem de ser propositiva, mais do que crítica. A maior atenção à economia da cultura pode contribuir para potencializar as atividades de todos os grupos sociais, dar-lhes um lugar econômico frente aos grandes capitalistas. Nesse sentido é importante promover a atividade de micro e pequenas empresas, que é o modo em que a maioria desses grupos contribui à diversidade cultural.

P – Pensando no contexto latino-americano (e, novamente, em particular, no caso brasileiro): qual é o papel que as indústrias culturais podem ter no que tange ao fortalecimento de iniciativas de cunho social (algumas que se articulam com ONGs), tendo em vista que o novo ativismo sociopolítico deve “operar também ao nível do espetáculo”, buscando uma articulação com os veículos de comunicação?

GY: Acredito que as indústrias culturais – tanto os artistas quanto os outros que intervêm nelas (produtores, gerentes etc.) – podem colaborar em redes de ativismo social para viabilizar as agendas de melhoramento e de desenvolvimento de diversos grupos. O exemplo que descrevo no meu livro é aquele do movimento Afro Reggae, inicialmente uma banda de música (e agora sete bandas) que vem se profissionalizando mediante a colaboração de outros músicos profissionais (por exemplo, o Rappa, que convidou jovens da banda AR como aprendizes), gerentes como André Midani, ex-presidente de música internacional da Time Warner, e o pessoal da televisão, como Regina Casé e outros. A idéia não é caridade para os pobrezinhos, mas investimento no desenvolvimento social. Também não se trata de marketing cultural para empresas da indústria cultural, mas responsabilidade social. Os governos deveriam fomentar e até incentivar esse tipo de participação. Isso não é acomodação ao neoliberalismo, mas um melhor relacionamento dos diversos setores da sociedade. A comunicação deveria promover esse tipo de participação, sendo assim um parceiro no desenvolvimento humano.

P – Tomando como referência outro trabalho seu, Cultural Policy (com Toby Miller), fica claro que a tensão e articulação entre o estético, o cultural e o campo político são centrais em suas análises. Como avaliar o papel da mídia, ou melhor, do campo da comunicação, nos processos que são analisados neste trabalho?

GY: A comunicação aproveita o uso do patrimônio comum, seja das rádios e telefrequências ou ainda do subsolo para a transmissão da sua programação. Lamentavelmente, em alguns países, esse patrimônio – fundamentalmente o uso do

subsolo, que é de todos, para a criação de um sistema de cabo televisivo e de internet – está sendo privatizado. Sabemos que o espaço público é constituído por uma concorrência de interesses, e que deveria haver mecanismos para assegurar que não só a programação mais rentável predomine. Esse aspecto patrimonial comum deveria se abrir à participação cidadã, para assim incidir no uso dos meios da comunicação, determinando então parâmetros nos quais seria possível incluir conteúdos e usos estéticos, culturais e políticos da comunicação. Num contexto privado, deveria existir certo nível de regulação para se obter uma meta semelhante.

Uma política da comunicação integral tem assim que considerar o aspecto transnacional e a nova divisão internacional do trabalho cultural. O desenvolvimento dos mercados de trabalho e de vendas, e ainda a transformação das sensibilidades relacionadas com o espaço constituído pela tecnologia eletrônica e digital, tornaram possível que as corporações considerassem os países de terceiro mundo não só como fornecedores de matérias-primas, mas também como determinadores indiretos do preço do trabalho, concorrendo com o primeiro e segundo mundos. Quando a produção se fraturou transversal e continentalmente, essa mudança desestruturou a divisão prévia do mundo em um pequeno número de nações industrializadas e uma maioria de países subdesenvolvidos. Assim como a indústria manufatureira abandonou o primeiro mundo, o mesmo realocou a produção cultural, sobretudo dentro das economias de mercado industrializadas. Isso acontece também com a produção da cultura massmediática, no marketing, na informação, na alta cultura, nas edições limitadas etc., porque os fatores de produção, incluindo a assistência do Estado, atraem aos produtores culturais. Nesse entorno da produção cultural reconfigurada transnacionalmente, a preocupação pelo público tem que considerar também os efeitos que a programação tem no estrangeiro. Países como México e Brasil tem um forte poder comunicacional fora das suas fronteiras territoriais. Portanto, deve-se requerer políticas transnacionais de cidadania cultural.

GEORGE YÚDICE é diretor do Center for Latin American and Caribbean Studies da New York University, EUA.

PAULO JORGE RIBEIRO é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ e professor do Departamento de Sociologia da Puc/RJ